

Reunião Extraordinária do Plenário do Conselho Técnico – Científico do ISEL

14 de fevereiro de 2019

10:00

Ao 14.º dia do mês de fevereiro de 2019 reuniu na Sala de Audiovisuais, às 10:00 horas, o Plenário do Conselho Técnico-Científico, com a presença dos seguintes professores:

António Luís Freixo Guedes Osório, António Manuel Albuquerque Couto Pinto, Arnaldo Joaquim de Castro Abrantes, Artur Jorge Ferreira, Carlos Eduardo Meneses Ribeiro, Cristina Ferreira Xavier Brito Machado, Elisabete Clara Bastos do Amaral Alegria, Fernando Manuel Gomes de Sousa, João Alfredo Ferreira dos Santos, João Manuel Ferreira Calado, João Miguel Alves da Silva, José Leonel Linhares da Rocha, Lucía Fernández Suárez, Manuel José de Matos, Manuel Martins Barata, Maria Manuela Almeida Carvalho Vieira, Nuno António Fraga Juliano Cota, Paulo Jorge Henriques Mendes, Pedro Manuel Alves Patrício da Silva e Sandra Maria da Silva Figueiredo Aleixo.

Os professores Fernando Manuel Duarte Oliveira Nunes, Filipe Manuel Vaz Pinto Almeida Vasques, Tiago Miguel Braga da Silva Dias e João Fernando Pereira Gomes justificaram a sua ausência. Os professores António Jorge Duarte de Castro Silvestre e João Miguel Alves da Silva justificaram o seu atraso.

A reunião foi normalmente convocada e presidida pelo vice-presidente do ISEL, professor Ricardo Jorge González Felipe, com poderes delegados para presidir ao Conselho Técnico-Científico (CTC), conforme Despacho 09/P/2016.

Foi lida a agenda e aprovada por unanimidade. De seguida teve início a reunião.

1. Aprovação da ata da reunião de 24 de janeiro de 2019

Posta a aprovação a ata com as alterações enviadas pelos membros foi aprovada por unanimidade dos presentes com direito a voto na reunião de 24 de janeiro de 2019.

2. Análise da atividade desenvolvida no período experimental e aprovação da continuidade do contrato por tempo indeterminado

2.1. ADM

2.1.1. Nuno David de Jesus Lopes

O presidente do CTC deu a palavra ao professor José Leonel Rocha para apresentar este ponto.

pl.
0



CONSELHO TÉCNICO-CIENTÍFICO

O professor José Leonel Rocha salientou a disponibilidade do docente do ponto de vista pedagógico, incluindo a preparação de várias unidades curriculares e de um livro de carácter pedagógico, do ponto de vista científico publicou um artigo em revista com arbitragem científica, para além da sua colaboração na LMATE.

A professora Sandra Aleixo referiu que o docente, na LMATE, tem participado na ligação às empresas, orienta 2 estágios, participou no projeto com a Wurth, na organização da conferência internacional ESGI-PT-MATHS-IN e é responsável pelo laboratório Lab4Mat.

Entrou o professor António Silvestre.

O professor Manuel Matos comentou que não poderia deixar de constatar o baixíssimo n.º de publicações científicas, percebendo que tal possa ser devido ao envolvimento empresarial mas considera que estas práticas deveriam mudar.

Entrou o professor João Silva.

O presidente do CTC referiu que o plenário estabeleceu determinados critérios para a análise da atividade desenvolvida pelos professores adjuntos no período experimental e aprovação da continuidade do contrato por tempo indeterminado pelo plenário do CTC, mas estes só são aplicáveis a docentes cujo período experimental teve início em data posterior a 17 de agosto de 2016.

A professora Elisabete Alegria observou que não deveriam estar todos os docentes focados apenas nas publicações, é necessário que existam docentes que desenvolvam também outras componentes, não se deve valorizar apenas a componente científica.

O professor José Leonel Rocha informou que a avaliação foi efetuada com o cuidado de verificar se o docente cumpriria os critérios estabelecidos por este plenário e ultrapassou-os largamente. O artigo que publicou foi numa revista do 1º quartil, o que deverá ser tido em consideração, seria mais fácil publicar diversos artigos com uma menor qualidade.

A professora Sandra Aleixo reforçou as palavras da professora Elisabete Alegria, concordando que seja necessária a existência de publicações científicas mas também é importante que se valorize o esforço exigido na ligação empresarial, salientando que a perspetiva de orientação de uma tese com um tema académico difere da orientação de um estágio numa empresa.

O professor Manuel Matos comentou que é lícito que se pretenda criar mestrados na área da matemática e foi nesse aspeto que chamou a atenção para o n.º de publicações.

O professor Pedro Patrício referiu que analisando o ORCID se observa que o docente tem várias publicações científicas.

O professor Fernando Sousa observou que não se pode olhar sempre numa perspetiva e descurar o resto, tem de se refletir que um curso requereu a colaboração deste docente para assegurar o seu bom funcionamento.

Poderia ser colocada a questão se existiam e deveriam ser outras as pessoas a assegurar este trabalho de responsabilidade do curso, mas não é isso que está em causa.

O professor Artur Ferreira comentou que considerava o relatório equilibrado no que se espera das atividades de um professor adjunto.

Analisada a atividade desenvolvida pelo docente e o parecer emitido pelos relatores, foi aprovado manter o contrato por tempo indeterminado por unanimidade.

3. Proposta de regulamento de serviço docente (continuação)

O presidente do CTC informou que foi disponibilizada aos membros a proposta de regulamento atualizada incorporando as alterações aprovadas referentes à regência de unidades curriculares (artigo sobre a distribuição de responsabilidades), abrindo a proposta à discussão e dando a palavra aos membros para se pronunciarem sobre o estabelecido nos artigos 18º e 19º, em particular, as horas letivas e os créditos letivos.

O professor Artur Ferreira comentou que não concordava com a proposta, considerando que as horas letivas a atribuir deveriam partir de uma base independentemente da categoria do docente porque se um professor coordenador não desempenhar funções de coordenação então não deveria ter qualquer redução de horas.

O professor Manuel Matos salientou que na própria carreira docente é feita uma distinção.

O professor Luís Osório referiu que a questão colocada pelo professor Artur Ferreira foi amplamente discutida nas reuniões anteriores, existindo uma lógica na carreira docente com uma inerência de responsabilidade, considerando que simultaneamente deveriam ser abertas vagas para professores coordenadores. Este modelo é comum a outras instituições.

O professor Arnaldo Abrantes manifestou a sua concordância com o professor Artur Ferreira, revendo-se mais em sistemas dinâmicos, acreditando na liberdade e na responsabilidade de cada um, ajustando a sua atividade ao que é mais útil para a instituição. A influência de um professor coordenador deverá ser medida através dos seus pares, não considerando que o facto de este não desempenhar um cargo signifique que não está a contribuir para a instituição. Ao limitar o acesso a cargos aos professores adjuntos limita-se também a renovação de ideias.

O professor Pedro Patrício comentou que partilha da opinião do professor Luís Osório, muitos professores adjuntos não querem assumir determinados cargos havendo professores coordenadores que os possam desempenhar. Em relação a todos os outros pontos polémicos, como a redução por elevado desempenho científico ou pelo desempenho de cargos de gestão, vão existir sempre opiniões divergentes, temendo que esta discussão leve, novamente, a um conjunto de reuniões iguais às que conduziram à proposta atual.

21

O presidente do CTC informou que este assunto será fechado nesta reunião, dando 30 minutos para discussão e depois colocando os artigos 18º e 19º a votação.

O professor António Silvestre concordou, não considerando produtivo uma discussão alargada destes artigos uma vez que a proposta atual já foi um resultado de muitas horas de discussão, embora também não se reveja na totalidade da proposta.

O professor Arnaldo Abrantes observou que se não pode legislar em avulso, deve-se assumir um determinado modelo, para um modelo com um n.º de horas fixo por categoria então não deveria ser permitido que os professores adjuntos assumissem a coordenação de cursos.

O professor Carlos Meneses referiu que existem alguns professores coordenadores que não querem assumir as responsabilidades de determinados cargos que alguns professores adjuntos podem desempenhar muito bem, defendendo o modelo em que todos partem de um mesmo n.º de horas.

O professor António Silvestre observou que existe a tentação de fazer as normas olhando para os casos negativos e isso é um mau argumento para as elaborar. Quando se faz uma lei deve-se ser cego, os casos de incumprimento deveriam ser reportados e todos os professores coordenadores chamados às suas funções.

O professor António Couto Pinto informou que estava dividido concordando com alguns dos argumentos quer pela uniformidade quer pela divisão.

Saiu o professor Manuel Barata.

A professora Manuela Vieira colocou a questão se o ISEL necessita, efetivamente, de professores coordenadores, se existem os professores adjuntos que se sujeitam a eleições para desempenhar cargos que seriam da responsabilidade de professores coordenadores, então, talvez não seja necessário abrir concursos para professores coordenadores. A aspiração de um professor adjunto deveria ser chegar a professor coordenador.

O professor Luís Osório mencionou que o n.º de professores coordenadores do ISEL deveria estar de acordo com os rácios estabelecidos.

O professor Fernando Sousa referiu que não esteve presente na última reunião onde foi discutido este assunto, mas que, anteriormente, sugeriu que fosse adotado o regulamento existente do IPL, sugestão que não foi aceite pela maioria dos membros. Nesta reunião a discussão parece estar a ser desviada para a avaliação de um professor coordenador, nesse caso o que deveria era ser revisto o modelo de avaliação e não colocar em causa o regulamento de serviço docente.

O professor António Silvestre observou que a lecionação parecia estar a ser tida como uma penalização e não deveria ser essa a ótica. Se a um docente que não está a desempenhar bem a sua função se atribuir mais horas de lecionação quem está a ser penalizado é o aluno.

A professora Elisabete Alegria comentou que deveriam ser estabelecidas regras para a maioria e não para a minoria.

Saíram os professores Fernando Sousa e Lucía Suárez.

O presidente do CTC colocou a votação o artigo 18º na sua formulação atual.

O artigo 18º foi aprovado por maioria com 8 votos contra (Arnaldo Abrantes, Artur Ferreira, António Couto Pinto, Carlos Meneses, João Alfredo dos Santos, João Silva, Nuno Cota e Paulo Mendes).

Entrou o professor Fernando Sousa.

O presidente do CTC deu a palavra aos membros para se pronunciarem sobre o estabelecido no artigo 19º.

O professor Paulo Mendes questionou como se chegou, no último ponto, 1º item do Anexo II, à métrica de 1 crédito letivo por orientação de TFM.

A professora Cristina Machado comentou que considerava este valor baixo.

A professora Manuela Vieira concordou considerando que o valor deveria ser mantido a 1,5h.

O professor Carlos Meneses referiu que o valor estava ligado com o valor atribuído aos projetos da licenciatura.

O professor Fernando Sousa informou que este n.º de créditos não foi entendido como contabilização à semelhança das horas de docência, mas sim como um estímulo para esta atividade que não é considerada letiva.

O professor Nuno Cota observou, do ponto de vista da ligação à empresa, o n.º de horas não deveria estar associado ao n.º de orientadores porque muitas vezes não reduz a quantidade de trabalho. Deveria ser apenas considerado o n.º de orientadores do ISEL neste item.

O presidente do CTC informou que o n.º de orientadores que está a ser considerado é o n.º total de orientadores da tese.

O professor Luís Osório comentou que o valor não deveria ser aumentado até porque a orientação de um mestrado pode resultar num incremento de publicações científicas.

O presidente do CTC informou que até agora, na elaboração da proposta não tinha sido discutida a distinção entre orientadores internos e externos.

A professora Sandra Aleixo mencionou que considerava o valor baixo, que deveriam ser contabilizados apenas os orientadores internos e que para a LMATE deveria ser incluído também o estágio.

O professor Paulo Mendes salientou que os trabalhos finais de mestrado em projeto e em estágio não têm retorno científico considerando o valor proposto baixo.

Saíram os professores António Silvestre, João Calado e Manuela Vieira.

O professor Fernando Sousa comentou que o normal nas outras instituições é não existir contabilização de créditos por orientação de mestrados, claro que são modelos drásticos, neste caso estamos a usar este valor como um estímulo.



O presidente do CTC colocou a votação o artigo 19º alterando a redação de créditos para serem considerados apenas os orientadores do ISEL nos 3 itens do Anexo II.

Saíram os professores Carlos Meneses e Paulo Mendes e entrou o professor António Silvestre.

O artigo 19º foi aprovado por unanimidade dos presentes com as alterações mencionadas.

Saiu o professor Manuel Matos.

O presidente do CTC sugeriu que fosse agendada para uma próxima reunião do plenário do CTC a aprovação da proposta de regulamento na globalidade, salientando que no que diz respeito à contabilização dos créditos ainda está em vigor a regra de manter apenas os créditos acumulados nos últimos 2 anos, perdendo-se o histórico, questionando se o registo total dos créditos não deveria ser guardado.

O professor António Silvestre referiu que na sua opinião deveriam ser contabilizados todos os créditos e débitos e retomar o histórico dos valores anteriores.

O presidente do CTC informou que esta questão poderia ficar refletida no regulamento, mantendo o histórico dos créditos letivos cujo registo seria da competência do CTC.

O professor Arnaldo Abrantes reforçou as palavras do professor António Silvestre, o histórico deverá ser mantido como um suplemento.

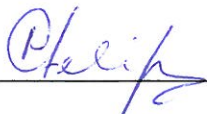
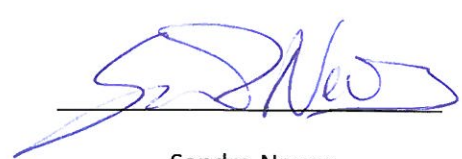
O presidente do CTC colocou a votação a proposta de recuperar o histórico dos créditos letivos e manter este registo.

Esta proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.

Saiu o professor Luís Osório.

O presidente do CTC informou que iria transmitir ao senhor presidente do ISEL esta proposta para que as alterações possam ser implementadas a partir do próximo ano letivo.

Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião às 13.00 h e esta ata, depois de aprovada, será assinada por mim, Sandra Neves, que secretariei e pelo professor Ricardo Felipe que presidiu.

<p>O Presidente do Conselho Técnico-científico</p> <p></p> <hr/> <p>Ricardo Felipe (Professor Coordenador)</p>	<p>A Secretária da reunião</p> <p></p> <hr/> <p>Sandra Neves</p>
---	--